



GT 61. Novas Epistemologias E Perspectivas No/Do Fazer Antropológico

Coordenador(es):

Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Angela Maria de Souza (UNILA)

Sessão 1 - Conhecimento em movimento, Corpo Negro e "Afroestratégias" na elaboração Antropológica.

Debatedor/a: Alexandra Eliza Vieira Alencar (UFSC)

Sessão 2 - Quem fala? Quem escreve? Os deslocamentos na produção de conhecimento.

Debatedor/a: Joziléia Daniza Jago Inacio Jacodsen Schild (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Sessão 3 - Confluências no fazer antropológico.

Debatedor/a: Maíra Samara de Lima Freire (UEPB - Universidade Estadual da Paraíba)

“Nós somos os outros, você é a menina preta do nordeste, e eu, o indígena do norte”. Visamos reunir neste espaço, estudos que abordem propostas de pesquisadores(as) que se deslocam deste lugar do outro e constroem uma narrativa de subjetividade implicada com epistemologias antropológicas, na construção das ciências humanas, a partir da perspectiva de sujeitos que existem em diferentes contextos que outrora foram locais centrais para a reflexão sobre alteridade. Hoje, estes contextos passam a ser locus participativo num processo de transformação social ocorrido na última década (Munanga, 2016; Gomes; 2012; Benites, 2018). Partindo da ideia de que os sujeitos que agora constroem suas propostas teóricas são pessoas que experienciaram seus cotidianos de vida nos contextos historicamente conhecidos como locais de “trabalho de campo” da antropologia brasileira. Visamos expandir o debate a partir das reflexões propostas por estes pesquisadores, partindo de suas produções, vivências e experiências em reflexões antropológicas. Objetivamos assim, construir espaços que fomentem o debate sobre novas epistemologias no fazer antropológico, como forma de expansão de suas lutas produções de conhecimentos e reivindicações por direitos, localizadas no campo acadêmico. A proposta é ampliar e aprofundar o debate sobre as produções e os intelectuais, traçando paralelos, num ponto de intersecção cruzado de pensar novas e outras perspectivas de ser intelectual na antropologia brasileira.

Um outro fazer antropológico: resistente e marginal

Autoria: Juliana Marques de Sousa (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Antes de qualificar a antropologia como resistência é necessário pensar: o que é a antropologia afinal? A antropologia não é. Ser isso, além de uma vantagem poética, é uma condição permanente de autoconstrução metodológica, paradigmática e política. Cabe na teoria antropológica ?as linguagens estranhas ? dos índios, camponeses, operários e minorias? (GOLDMAN, 2006, p. 163); a adoção do irracional (VERDE, 1997); cabe, ainda, o pessimismo no intelecto diante da vida em materialidade, ao mesmo tempo, o otimismo da vontade na teimosia crente da urgência de ?algum tipo de amanhã ?. A antropologia da resistência não anula a gravidade dos fatos da experiência humana em sociedade atravessada por poder e distinções, nem a exime de analisar o poder da morte (necropolítica) institucionalizado e normatizado (MBEMBE, 2016); tampouco é desatenta aos impactos subjetivos e objetivos do conjunto de práticas econômicas e políticas e, principalmente, não nos desobriga da construção teórica mais dóida. A defesa de uma antropologia da



resistência não é, estritamente, o contrário das 'teorias dunks' (ORTNER, 2016), tampouco a conjugação de histórias para salvar da desesperança a expectativa militante é, maiormente, a produção da existência em termos absolutos. É o lidar com a realidade contraditória que comporta morte e vida. O fazer de uma antropologia da resistência está no volume crítico de sua teorização e a capacidade dessa de romper com respostas totalizantes que afugentam o sujeito a consequências inequívocas, retroalimentando uma posição estanque da sociedade o que a torna, fatalmente, murcha e sem vida. Diante do exposto convido a pensar uma antropologia da resistência que aceita a dor, o sofrimento, mas também consiste em um não sofrimento: a felicidade clandestina dos marginais sociais. Que reconhece a extensão das estruturas e racionalidades espremedoras de humanidade enxergando a resistência não apenas em suas quebras, mas na maciez produzidas pelos sujeitos para evitar ou diminuir o quebramento.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: